



**3ª. COMISSÃO PERMANENTE DE ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO, URBANISMO, REABILITAÇÃO URBANA,
HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Reunião do dia 11 de Março/15

Parecer relativo ao Ponto 3 da Proposta nº. 62/2015 – “Aprovar e submeter a aprovação a Assembleia Municipal o Contrato-programa a celebrar com a SRU Lisboa Ocidental para 2015, com cabimento na Ação do Plano D1.P003.08, Orgânica, 07.00 e Económica 05.01.01.01.02 do Orçamento em vigor”

Os grupos municipais e os deputados municipais independentes, subscritores do presente parecer, reservam para o plenário a expressão do seu sentido de voto.

Aprovado----- por unanimidade

Relatora ----- Deputada Maria Irene Lopes

Presidente ----- Deputado Victor Gonçalves

**COMISSÃO PERMANENTE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO,
REABILITAÇÃO URBANA, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

ENT 823/SG/DAOSM/GAAM/2015

DATA 11/03/2015

Emendilima

Parecer

Relativo ao Ponto 3 da **Proposta n.º 62/CM/2015** – “Aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal o Contrato-programa a celebrar com a SRU Lisboa Ocidental para 2015, com cabimento na Ação do Plano D1.P003.08, Orgânica, 07.00 e Económica 05.01.01.01.02 do Orçamento em vigor”

I – NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 62/CM/2015 (adiante designada por proposta), subscrita pelo Vice-Presidente com o Pelouro das Finanças, Fernando Medina, e pelo Vereador com o Pelouro da Reabilitação Urbana, Manuel Salgado, e aprovada por maioria pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 11 de Fevereiro de 2015, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa¹ a aprovação do Contrato-programa a celebrar com a SRU Lisboa Ocidental para 2015, com cabimento na Ação do Plano D1.P003.08, Orgânica, 07.00 e Económica 05.01.01.01.02 do Orçamento em vigor.

Tendo a Proposta sido remetida, pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta, para a Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer até 23 de Março de 2015, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato 2013-2017².

Após análise e consulta da Proposta e dos documentos anexos à mesma e atendendo a não ter sido considerado necessário obter esclarecimentos adicionais por parte da Câmara Municipal de Lisboa em sede de comissão, a Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento local, reunida a 11 de Março de 2015, deliberou elaborar o presente parecer.

¹ Nos termos das disposições conjugadas da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do regime jurídico das autarquias locais, bem como do artigo 116.º do regime jurídico da delegação de competências, ambos os regimentos aprovados no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da qual faz parte integrante.

² Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, da Assembleia Municipal de Lisboa, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1048, de 20 de Março de 2014. Daqui em diante designado apenas por Regimento.

II – CONSIDERANDOS

2.1. Enquadramento

1 - A Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M.,S.A., que se passa a designar abreviadamente por SRU, é uma pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, constituída pelo Município de Lisboa, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

2 - A SRU é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, que tem como objeto social principal a reabilitação urbana da sua Área de Reabilitação Urbana, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nomeadamente, através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado;

3 - As empresas do sector empresarial local regem-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, pela lei comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do sector empresarial do Estado;

4 - Nos termos do artigo 23.º dos seus Estatutos, a gestão da SRU deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelo Município de Lisboa, com respeito pelo disposto nas orientações estratégicas aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa, visando o cumprimento do seu objeto social e assegurando a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro.

5 - A proposta 62/CM/2015 foi aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa e o ponto 3 da proposta (Contrato-programa a celebrar com a SRU Lisboa Ocidental para 2015) é agora submetido a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º, do n.º 2 do artigo 260, do n.º 3 do artigo 32.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 42.º, n.º 1 e 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aplicável por força do artigo 4.º do mesmo diploma, das alíneas oo) e ccc) dos artigos 25º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais e das alíneas a) e b) do artigo 24.º e artigo 26.º dos Estatutos da Lisboa Ocidental, SRU.

2.2. Análise da presente proposta

A Câmara Municipal de Lisboa, na sua reunião de 11 de Fevereiro de 2015, apreciou favoravelmente o Plano para 2015 da SRU Lisboa Ocidental, o qual inclui diversos documentos de gestão previsional, entre os quais, o Plano de Atividades para 2015.

A concretização desse Plano de Atividades assenta na celebração de um **contrato-programa**, quantificado em **650.000,00 euros**, cuja minuta está inclusa nos instrumentos de gestão previsional para 2015.

O Fiscal Único da SRU Lisboa Ocidental emitiu parecer favorável sobre a celebração do Contrato Programa e sobre o valor da comparticipação Pública a receber pela SRU, considerando que o valor das indemnizações compensatórias está adequadamente calculado e decorre dos termos do Contrato Programa.

O Plano de Atividades para 2015 traduz, no essencial, a continuação e conclusão de atividades já aprovadas pela Câmara e Assembleia Municipal, em anos anteriores, concretizadas com relevantes graus de eficácia e eficiência, e dispondo de financiamento assegurado.

As principais atividades a desenvolver em 2015 são:

1 – Gestão Urbanística: Controlo prévio de Operações Urbanísticas, Conclusão do Plano de Pormenor da Calçada da Ajuda, Conclusão dos Projetos de Loteamento e de Obras de Urbanização da Unidade de Intervenção 3 – Memória, com a finalidade de concretizar o Programa de Execução aprovado

2 - Empreitadas de Reabilitação do Espaço Público e Renovação das Infraestruturas: Calçada da Ajuda, e Acesso ao Jardim Tropical e ruas envolventes

3 – Reabilitação de Edifícios Municipais: Empreitadas de reabilitação dos edifícios municipais sitos na Rua da Correnteza 14-18 e na Rua da Junqueira 243 A, destinados a arrendamento, e do Antigo Teatro Luís de Camões

4 – Reabilitação em Edifícios da SRU: Empreitadas em 5 edifícios, destinados a arrendamento

III – CONCLUSÕES

Compete à Câmara Municipal de Lisboa aprovar o Plano para 2015 da SRU Lisboa Ocidental que inclui diversos Documentos de Gestão Previsional, entre os quais o Plano de Atividades para 2015, cuja concretização assenta na celebração de um Contrato Programa, a aprovar pela Câmara Municipal e que o submete à aprovação da Assembleia Municipal.

A nível de enquadramento e orientação estratégica, mantêm-se no Plano de Atividades para 2015, as definidas em anos anteriores, concretizadas com relevantes graus de eficácia e

eficiência, e que conduziram à definição dos projetos e atividades da SRU na sua Área de Reabilitação Urbana, com financiamento assegurado.

O Contrato Programa visa dotar a SRU com os poderes e instrumentos de execução necessários ao desenvolvimento do seu Plano de Atividades, nos termos da Cláusula 1ª, tendo como contrapartida uma comparticipação pública por parte da CML no valor de 650.000€, com cabimento na Ação do Plano D1.P003.08, Orgânica, 07.00 e Económica 05.01.01.01.02 do Orçamento Municipal em vigor.

O Fiscal Único da SRU Lisboa Ocidental emitiu parecer favorável sobre a celebração do Contrato Programa, considerando que o valor das indemnizações compensatórias, a receber pela SRU, está adequadamente calculado e decorre dos termos do Contrato Programa.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

Face a tudo quanto foi exposto, conclui-se que a Proposta está, **cumpridos os prazos regimentais aplicáveis, em condições de ser discutida e votada em sessão plenária da Assembleia Municipal.**

Os agrupos municipais e os deputados municipais independentes, subscritores do presente parecer, reservam para plenário a expressão do seu sentido de voto.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

A Deputada Relatora


- Irene Lopes -

O Presidente da Comissão


- Victor Gonçalves -

Assembleia Municipal de Lisboa, em 11 de março de 2015